

Paper do NAEA Volume 28

Processo de patrimonialização na orla do Centro Histórico de Belém-PA

Luana Oliveira da Conceição¹



RESUMO

O processo de patrimonialização pode ser caracterizado como um vetor que contribui consideravelmente para a produção do espaço urbano, a partir das transformações e propostas urbanísticas, onde observamos ações direcionadas para a preservação, valorização ou resignificação do patrimônio. Observando a sua importância para a dinâmica socioeconômica da cidade, esse estudo visa analisar a produção do espaço na orla do Centro Histórico a partir do processo de patrimonialização, para alcançar este objetivo à pesquisa apresenta as seguintes questões: Quais os principais agentes que contribuem para o processo de produção do espaço na orla? Quais as estratégias de uso e apropriação são adotadas e os possíveis conflitos existentes entre os agentes produtores dos espaços patrimonializados? Os procedimentos metodológicos seguidos foram: revisão bibliográfica teórico-conceitual, análise documental, produção cartográfica, levantamento e registro fotográfico, assim como trabalhos de campo na área do objeto de estudo e entrevistas direcionadas aos agentes da produção do espaço. Desta forma, a análise desse processo possibilita compreender as estratégias políticas para o patrimônio cultural a partir das intervenções urbanas, a compreensão da importância de cada agente e como eles se apropriam destes espaços, mesmo com os conflitos ocasionados pelas intensas transformações no espaço da orla.

Palavras-chave: Patrimonialização. Orla. Centro Histórico.

¹ Geógrafa, mestra em Geografia (PPGEO – UFPA). E-mail: luoliveirageo@gail.com .

ABSTRACT

The patrimonialization process can be characterized as an element that plays a significant role in urban space's growth, from urban transformations and proposals, where actions aiming to the heritage's preservation, appreciation or resignification are perceived. Taking into consideration the importance for the city socioeconomic dynamic, this research aims to analyze the space growth at "Orla do Centro Histórico" (historic center waterfront) through the patrimonialization process. To achieve this goal, the research brings up the following questions: What are the main contributing agents to the space's production process at the waterfront? What are the use and appropriation strategies adopted and the possible existent conflicts between the producer agents of the patrimonialised spaces? The methodological procedures followed were literature review, document analysis, cartographic production, photographic survey and register, as well as fieldwork on the object of study's field and interviews with the space's producer agents. Therefore, this process' analysis enables the understanding of political strategies of the cultural heritage, from the urban interventions, the comprehension of each agent importance and, how they appropriate those spaces even with conflicts caused by intense changes at the waterfront space.

Keywords: Patrimonialization. Waterfront. Historic Center.

INTRODUÇÃO

O entendimento sobre Patrimônio Histórico Cultural está pautado na ideia de preservação de um conjunto de bens (material ou imaterial) que represente a memória coletiva de uma comunidade, Choay (2006) define patrimônio histórico, como um bem destinado ao uso comum de uma comunidade, “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos” (CHOAY, 2006, p.11). No Brasil, decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em seu artigo 1º estabelece que o patrimônio histórico e artístico nacional seja constituído pelo conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país que esteja associado a fatos memoráveis da história do Brasil, valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Já em 1988 a Constituição Federal em seu artigo 216 atribui novos elementos ao conceito de patrimônio e o classifica a partir de então como Patrimônio Cultural Brasileiro definido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL.1988).

Para além de estabelece que o patrimônio público do país não seja composto somente por bens materiais (prédios históricos, conjuntos arquitetônicos, etc.), mas também por bens imateriais (formas de expressão, modos de vida, manifestações culturais, etc.), a constituição determina a parceria entre o Estado e as comunidades para fomentar e proteger o patrimônio cultural brasileiro, apesar disso compete ao Estado à gestão do patrimônio e da documentação relativa aos bens patrimoniais.

Abreu (2011) ressalta que no Brasil o cotidiano vem se modificando por projetos que pregam a restauração, preservação ou revalorização dos vestígios do passado, diferente do que acontecia em um passado não tão distante onde se cultuava apenas o que era novo, o que deu origem a uma onda de ataques às heranças dos tempos antigos. Em Belém, partir da década de 1980, o discurso voltado para a valorização do patrimônio começa a ganhar força na cidade e o patrimônio histórico e cultural começa a ser valorizado.

Dentro desse contexto se faz necessário analisar o patrimônio e o espaço, e como essa relação influência nos diversos aspectos da vida urbana, para tal destacou-se o processo de patrimonialização que se apresenta como um vetor que contribui para a produção do espaço urbano, tendo em vista que o mesmo se apresenta enquanto ações que prevêm importantes transformações na organização do espaço. Costa (2015) considera a patrimonialização, como um processo ligado aos usos, apropriações e novas práticas espaciais, como um processo de resignificação dos lugares em escala planetária para inserir os bens culturais das cidades históricas de todo o mundo no circuito turístico internacional.

No entanto, tais medidas geram uma série de conflitos de interesses por parte dos agentes que compõem este processo, tendo em vista que, a ocupação dos espaços onde ocorrem os processos de patrimonialização apresenta interesses diferenciados dos agentes que se apropriam e produzem esses espaços.

A Baía do Guajará que tem origem da confluência do rio Guamá com o rio Acará e ganha magnitude no percurso que compreende a orla do Centro Histórico de Belém (CHB), a orla que durante um longo período de sua história era destinada ao escoamento da produção industrial da cidade (TRINDADE JR. 1993). A partir da década de 1980, o discurso voltado

para a valorização do patrimônio começa a ganhar força na cidade e o patrimônio histórico e cultural de Belém começa a ser valorizado. A partir de então os espaços na orla começam a se destacar principalmente pelo turismo e se intensifica entre os anos de 1990 até os anos 2000.

O centro histórico da cidade de Belém foi institucionalizado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Pará) (FIGURA 01), tombado em 2012, possui 2.800 edificações protegidas que pertencem aos bairros da Cidade Velha e da Campina, o recorte espacial delimitado para a pesquisa foi à orla do centro histórico, por estar inserido no processo de patrimonilização e por ser um espaço que desde a década de 1990 vem vivenciando uma série de transformação e reorganização socioespacial.

Figura 01 – Delimitação do Centro Histórico e Entorno pelo IPHAN



Fonte: LAIG, 2019.

Entre tantas definições principalmente a partir da perspectiva física para orla, adotamos para esta pesquisa a definição utilizada por Amaral (2005), onde o mesmo define a orla como o conjunto das terras e das produções/construções que estão à margem do rio Guamá e da baía do Guajará, utilizando como critérios de análises o padrão de uso/ocupação do solo e as mais variadas manifestações humanas sejam elas de circulação, apropriação cultural/turísticas e de instalações industriais, tendo em vista que, ao abordarmos os processos de patrimonialização e produção do espaço na Orla do CHB levamos em consideração as transformações urbanas realizadas na orla, partindo das análises dos agentes de produção e seu uso e apropriação do espaço da orla.

Para Castro (2012) o processo de patrimonialização acontece por meio das relações entre os diversos grupos sociais que se fazem presentes nos espaços patrimonializados. Considerando que os aspectos espaciais possuem valores e relações de identidade, se faz necessário destacar os agentes (Estado, trabalhadores, moradores, turistas e movimentos sociais) que

contribuem para o uso e apropriação do espaço material e simbólico e que produzem os espaços, desde o Estado que atua implementando políticas de preservação do patrimônio, como o tombamento e desenvolvendo atividades mercadológicas como os restaurantes de luxos dentro dos espaços patrimonializados, até os trabalhadores informais que criam estratégias de apropriação para resistirem aos padrões do capital.

A orla do CHB passou por intervenções urbanas principalmente entre os anos de 1990 e 2010, a partir de projetos que apresentassem uma paisagem urbana esteticamente agradável e contribuísse para a reorganização espacial da orla de Belém, através de políticas públicas voltadas para o discurso de “devolução” da orla aos seus habitantes. Entre estes projetos podemos destacar a implementação do “Complexo Feliz Lusitânia”, a revitalização do “Complexo Ver-o-Peso” e a criação do “Complexo Turístico Estação das Docas” que irão estabelecer uma nova dinâmica espacial na orla a partir das relações de produção do espaço.

PATRIMONIALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Segundo Corrêa (2003) “o espaço foi concebido na geografia tradicional, seguindo-se após a sua concepção na geografia que emergiu da denominada revolução teórico-quantitativa. E desde então vem passando por um processo de análise onde várias concepções sobre o espaço foram formadas, transformando os conceitos e teorias referentes ao espaço no principal objeto de pesquisa da Geografia. Em seus estudos referentes ao espaço, Santos (2014) propõe uma análise pautada na fragmentação do espaço, ou seja, na divisão do espaço em categorias, no entanto destaca que o espaço é fundamentalmente entendido pela sua totalidade.

Lefebvre (2013) nos apresenta estudos referentes ao conceito de espaço e como o mesmo está relacionado com a reprodução das relações sociais de produção no capitalismo e nos permite pensar a partir da perspectiva do espaço socialmente produzido. Onde podemos analisar a ampla reprodução das relações de produção e das forças produtivas, considerando os vários níveis da realidade social, como as relações de dominação, superestruturas e bases, justaposição e sobreposição de processos que se diferem ao longo do desenvolvimento do modo de produção e da divisão social do trabalho.

Dessa forma, apresenta uma concepção do espaço a partir de uma análise pautada não apenas na materialidade, mas que considere o conjunto de relações que determinam o próprio espaço, e nos traz a possibilidade de pensar o espaço como um produto social onde o mesmo é resultado da ação social, das práticas, das relações e de suas experiências sociais.

O espaço socialmente produzido é pensado a partir da realidade social e das relações de poder, se tornando resultado das ações e das práticas sociais (LEFEBVRE, 2013). Ou seja, é o espaço pensado para além da materialidade concreta, onde as relações e experiências também compõem o processo de produção desse espaço, é um conjunto de relações e formas.

Desse modo, podemos considerar a orla do CHB, como um espaço que pode ser analisado como espaço presente que é resultado de processos históricos e sociais. Além disso, podemos caracterizá-lo como espaços fragmentados e articulados que se materializam a partir das

ações e práticas espaciais. O espaço urbano da orla precisa ser pensado a partir dos seus processos históricos, das suas vivências e da atuação dos agentes sociais.

Para entender o espaço socialmente produzido Lefebvre (2013) elabora uma tríade que nos ajuda a pensar o espaço a partir de três dimensões: a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação. Cada dimensão corresponde a um tipo de espaço.

A prática espacial corresponde ao espaço percebido, onde a compreensão do espaço não ocorre apenas na mente, ou seja, o espaço material deve estar relacionado com a realidade cotidiana e a realidade urbana considerando o fluxo de pessoas, mercadorias e dinheiro. A representação do espaço corresponde ao espaço concebido, onde Lefebvre (2013) caracteriza como os espaços dos cientistas, dos planejadores, onde se destaca as relações de produções e a ordem que essas relações se estabelecem. O espaço de representação refere-se ao vivido, onde Lefebvre descreve como o espaço da imaginação e do simbolismo dentro da materialidade, é também os espaços dos habitantes, dos usuários e do que é vivido a partir da apropriação.

Lefebvre (1973) toma como base os fundamentos marxistas para analisar o espaço não apenas como palco para a produção de mercadorias, mas também como o lugar das relações sociais de produção. Não existe nada na história ou na sociedade que não seja adquirido e produzido, até mesmo a natureza da forma como está apresentada na vida social é modificada, ou seja, produzida quanto segunda natureza. O homem produz formas políticas, jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas (LEFEBVRE, 2013).

Para Lefebvre (2013) o conceito não se limita à produção material, dos meios de produção e das mercadorias, mas também envolve a produção das relações sociais e sua reprodução. No que se refere ao conceito de reprodução das relações de produção, o autor nos traz uma concepção pautada na totalidade, não apenas a reprodução material, tornando-se um elemento teórico que permite a análise destes processos como parte da totalidade do processo social.

A sociedade capitalista é sustentada pela reprodução das relações, excluindo deste processo os grupos sociais, no entanto, o crescimento da produção aumenta as dificuldades, revelando-se a contradição entre centro e periferia. E em sua análise constata que não é apenas na sociedade que se dá a reprodução das relações, mas no espaço, fragmentado e vendido aos pedaços. Nesse sentido, podemos destacar o processo de patrimonialização que através de políticas públicas proposta pelo Estado também se tornam espaços fragmentados e comercializados de acordo com os interesses do capital através do Turismo.

Os estudos referentes ao patrimônio passam a considerar a importância dos objetos, do espaço e da memória, entendo o patrimônio quanto uma categoria de extrema importância para o entendimento da vida social e de qualquer coletividade humana (GONÇALVES, 2001). Nessa perspectiva é possível afirmar que o patrimônio surge da possibilidade de fixar num determinado lugar a representação das relações sociais que permitiram a construção de uma história coletiva, ou seja, de uma identidade que concebe uma memória coletiva, como aponta Carlos (2007).

Se historicamente construído a partir de um discurso da memória, o patrimônio é, antes de tudo, uma prática espacial, porque se dá sobre um contexto espacial determinado; mas também uma prática política, porque é uma seleção, um recorte, uma maneira de atuar sobre o mundo que implica também no direcionamento do

comportamento esperado de outros indivíduos e grupos a partir de um embate e/ou convencimento (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Os indivíduos se identificam com os lugares uma vez que reconhecem a sua importância histórica, motivando um uso consciente dos espaços coletivos que simbolizam a identidade local ou global. O patrimônio como bem cultural material ou imaterial, desperta o sentimento de pertencer a determinado lugar, como a própria cultura também expressa, junto a isso a necessidade de manter preservado este patrimônio.

A atividade turística, reconhecida como um importante setor da economia por produzir espaços para serem consumidos, transforma o patrimônio em objeto de consumo, se valendo dos valores simbólicos, ideológicos e culturais que o mesmo apresenta. Carlos (2007) afirma que “a sociedade constituída pelo consumo gera novos conteúdos de urbanidade, nas quais a mercadoria e sua posse redefinem as relações entre os indivíduos e destas com a possibilidade de uso do espaço” (CARLOS, 2007, p.31). Ou seja, delimita o uso do espaço a partir da condição econômica de cada grupo social.

Dentro desse contexto, é preciso refletir a partir da díade patrimônio e espaço, e como essa relação influencia nos diversos aspectos da vida urbana, nessa perspectiva torna-se relevante as reflexões a cerca do processo de patrimonialização, mesmo é responsável por importantes mudanças no espaço urbano, caracterizado pela criação de mecanismos institucionais que atuem na proteção ao patrimônio cultural material ou imaterial (CRUZ, 2012).

Analizamos o processo de patrimonialização como um vetor que contribui consideravelmente para a produção do espaço urbano, tendo em vista uma importante iniciativa voltada para as transformações e propostas urbanísticas, onde observamos ações direcionadas para a preservação, valorização ou ressignificação do patrimônio. Além da produção que caracteriza a materialidade, o espaço também se configura por uma dinâmica concebida a partir das relações sociais dos agentes que o produzem e reproduzem através dos usos e apropriações dos espaços patrimonializados.

De acordo com Cruz (2012) esse processo pode ser entendido como um mecanismo de proteção ao patrimônio histórico edificado e as manifestações culturais consideradas representativas de um dado tempo de um grupo social. No entanto, a autora reconhece que bens patrimonializados frequentemente se tornam objetos de consumo turístico caracterizando não apenas o valor de uso, mas também o valor de troca do patrimônio, como por exemplo, as taxas de visitas cobradas em museus, os city tour propostos pelas agências de viagens e a comercialização de produtos como cartões postais, livros e qualquer espécie de souvenir.

Ribeiro (2017) sugere olhar a patrimonialização como uma ação acima de tudo política que atinge diretamente o espaço, e afirma que o patrimônio para além de uma prática espacial, por se dá em um contexto espacial é também uma prática política, pela existência de uma seleção, um recorte, que influencia no direcionamento do comportamento de outros indivíduos ou grupos.

A mudança ocorrida no discurso que legitima a prática patrimonial, o discurso de preservação muito utilizado no início do século XX dá lugar a um processo de transformação do patrimônio, pois a ação de patrimonializar não se limita mais a um mero aumento do número de coisas inventariadas e protegidas, a própria prática e os objetos patrimoniais ganham novos valores e se tornam objetos de consumo (RIBEIRO, 2017).

Dentro dos debates sobre o processo de patrimonialização, é preciso destacar o intenso processo de intervenções urbanas e a transformação desse patrimônio através de ações voltadas para renovação, reabilitação/requalificação, revitalização e refuncionalização das áreas patrimonializadas.

Maricato (2001) relaciona a renovação urbana à substituição das edificações envelhecidas ou desvalorizadas que apresentam problemas na manutenção por projetos que apresentem uma estética pós-moderna, de maneira que, por vezes, a renovação propicia a demolição de bens construído, acompanhado de uma intensificação da ocupação do solo. Quanto ao processo de requalificação/reabilitação Colvero (2010) explica que na Europa se caracterizou pelas políticas de valorização das potencialidades sociais e econômico-funcionais das áreas centrais, se constituindo em ações voltadas para a manutenção física e social dos seus moradores, estabelecendo a qualidade ao espaço físico e social em ambientes construídos.

No caso do Brasil as estratégias de reabilitação urbana nas áreas centrais acabam por refletir em diversas tendências de políticas urbana, Trindade Jr. e Amaral (2006) explicam que tais políticas urbanas passam a integrar a agenda dos governos com o intuito de produzir uma imagem urbana como estratégia de promover e internacionalizar da cidade.

Segundo Costa (2013, p. 90):

A requalificação está vinculada a ações que propõem qualidade socioambiental a alguns setores urbanos; é uma ação baseada na relação entre processos de produção social do território e sua realidade como lugar da vida e de memória. Em cada uma dessas operações, o patrimônio urbano recebe tratamento específico, tanto pela característica da ação, quanto pela ideologia que a precede.

O processo de revitalização está associado à transformação do espaço voltada para o embelezamento dos espaços públicos, está mais ligada à dinamização cultural, turística e de consumo, com investimentos em projetos de reforma e embelezamento de fachadas dos prédios e dos espaços públicos voltados para o lazer, com objetivo de resgatar a memória histórica do lugar, no cotidiano das pessoas que usam e ocupam o território (COLVERO, 2010).

A construção de uma nova imagem da cidade a partir do intenso processo de políticas voltadas para intervenções urbanas em espaços antes considerados degradados passam a ter o seu valor patrimonial ressaltado e se tornam foco de investimentos público e privado. Leite (2009) observa as intervenções patrimoniais como uma espécie de nova realidade alegórica das cidades, que evidencia a promessa de superação do processo de declínio através dos processos de patrimonialização, com seus espaços higienizados e embelezados seus patrimônios são transformados em mercadoria e destacam que a primeira repercussão desse processo pode ser observada na materialização de uma ideia de espaço público ordenado, higienizado e de seus aspectos conflituais reduzidos, que faz com que a cidade seja idealizada e transformada a partir da reinvenção de seu passado.

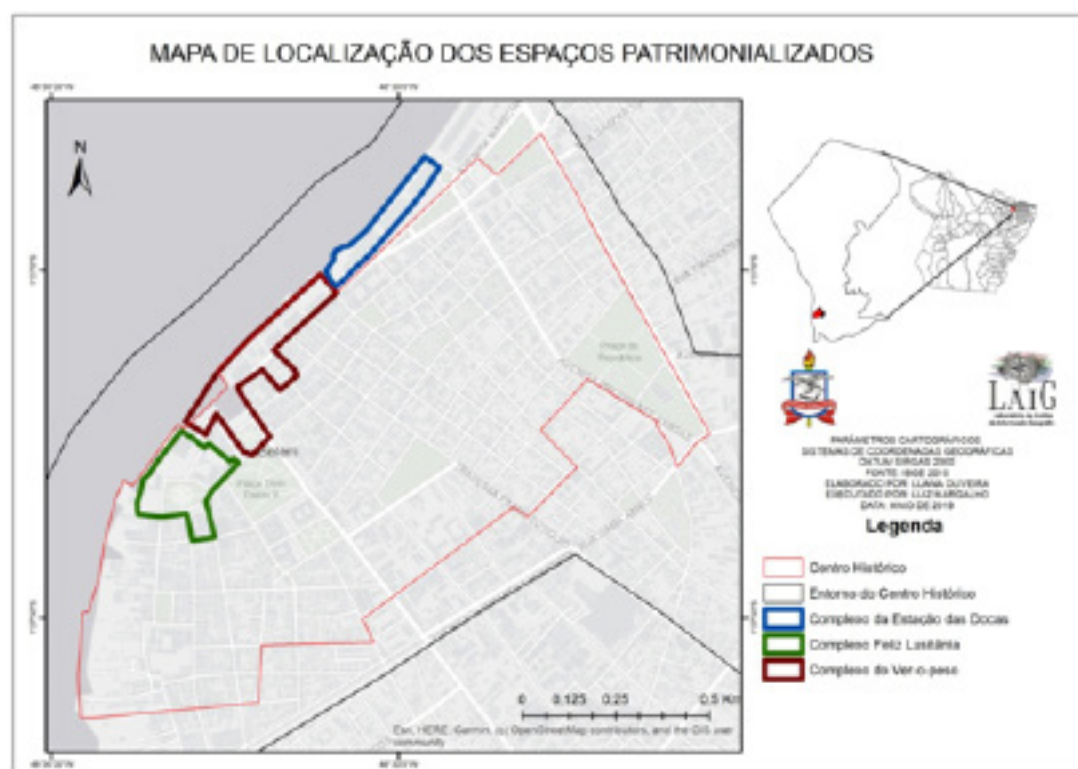
O espaço proposto por Lefebvre (2013) nos direciona a uma percepção do espaço como um produto social, e para entendê-lo precisamos considerar as ações, as práticas, as relações, e as experiências sociais. Dentro desse contexto destacamos o processo de patrimonialização e as relações que produzem ou reproduzem os espaços, dessa forma, ressaltamos a importância dos agentes, tais com, o Estado, os proprietários dos meios de produção, os movimentos sociais, o turismo, os moradores e os trabalhadores no processo de uso e apropriação dos espaços patrimonializados.

AGENTES E ESTRATÉGIAS DE APROPRIAÇÃO E USO DO ESPAÇO NO ESPAÇO DA ORLA EM BELÉM - PA

O processo de patrimonialização é identificado na cidade de Belém a partir das políticas públicas voltadas para o centro histórico, políticas que visam à preservação e valorização do patrimônio histórico. Dentre estas, podemos destacar o processo de renovação urbana, que aparece como ações efetivas voltadas para a revitalização, requalificação ou revitalização dos espaços, que tem como objetivo a preservação e valorização do centro histórico e a inserção da cidade nos circuitos turísticos nacionais e internacionais, gerando uma reorganização do espaço seguindo uma lógica capitalista e transformando o patrimônio em objeto de consumo.

Os espaços aqui denominados espaços patrimonializados (FIGURA 02), são espaços que estão localizados no CHB e fazem parte da formação socioespacial que compõem a história da cidade, estão localizados na orla da cidade, o que os torna um atrativo, tendo em vista que em Belém o governo lança como estratégia o resgate da identidade ribeirinha como atrativo para a atividade turística e de lazer nas áreas localizadas na orla.

Figura 02 – Localização dos Espaços Patrimonializados



Fonte: LAIG, 2019.

Os espaços localizados na orla do CHB à margem da baía do Guajará passam a ser alvos de transformações urbanísticas, interesses políticos e econômicos, com o discurso de valorização do patrimônio e resgate da identidade começa a se pensar as margens fluviais da cidade, principalmente as localizadas no CHB como passíveis de intervenções urbanas que gerassem lazer e consumo, com contemplação paisagística da “orla” da cidade, como propõem Ximenes (2015).

Os espaços destacados na pesquisa possuem direta relação com o processo de patrimonialização, se destacam por serem espaços onde existem ações de iniciativas públicas e privadas que objetivam a proteção e valorização do patrimônio histórico. Além do que, os mesmos espaços também passaram por intensos processos de intervenções que objetivaram transformar os espaços reconhecidos como patrimônio histórico e cultural da cidade em espaços de potenciais de mercantilização. Os espaços também se destacam pela proximidade com o rio e como isso se transforma em marketing para a atração do capital turístico, cultural e imobiliário.

A orla do CHB ao longo da sua existência passou por diversos processos históricos e transformações em seu espaço urbano, seguindo a lógica da mudança das cidades que segundo Lefebvre (2001) é centros de vida social e política onde acumulam não apenas as riquezas, mais também o conhecimento, a técnica e as obras (obras de arte, monumentos), ou seja, a cidade como expressão material das relações de produção.

Dessa forma, o espaço urbano pode ser analisado como produto social resultado das relações e ações acumuladas através do tempo e desenvolvidas por agentes que vão produzir e consumir estes espaços. Corrêa (1989) alerta sobre a complexidade da ação dos agentes sociais e ressalta as práticas que provocam um constante processo de reorganização espacial, como por exemplo, a renovação urbana.

O uso e apropriação dos espaços patrimonializados na orla do CHB se dão a partir da dinâmica dos diversos agentes, podemos destacar como principais agentes da patrimonialização, que contribuem para o processo de produção e reprodução do espaço urbano: o Estado, representado pelas instituições como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento de Patrimônio, Histórico e Cultural do Estado (DEPAC) e a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL); os proprietários dos meios de produção representados pelo comércio e serviços locais (restaurantes, bares, lojas, boates, etc.) que se instalaram na orla ao longo do CHB, atraídos pelo forte apelo turístico e comercial; a população local representada pelos moradores, trabalhadores (formais e informais) e visitantes, os turistas e os movimentos sociais.

Quando analisamos o espaço produzido na orla do CHB a partir da ótica do processo de patrimonialização, podemos observar que o Estado apesar de ser o agente que se legitima através da execução de dispositivos legais, bem como programas e projetos das três esferas do Estado no Brasil (Federal, Estadual e Municipal) que contribuem para a valorização dos bens patrimoniais, é o agente que, gera alguns conflitos socioespaciais, pois ainda que exista uma diversidade de instrumentos legais, que garantem a proteção de áreas patrimonializadas, o tombamento, não é suficiente para coibir a degradação do patrimônio cultural em Belém.

O Estado quanto agente planejador do espaço urbano acaba selecionando os espaços onde serão aplicados os maiores investimentos, ou seja, os espaços de maiores visibilidades turísticas. As intervenções urbanas no CHB que partem da gestão do governo do Estado estão voltadas para transformações de espaços pautadas em um apelo estético e arquitetônico, marcados por uma exclusão velada que se manifesta partir do acesso e do consumo destes espaços.

Na da Orla do CHB encontramos a “Feira do Açaí” que faz parte do “Complexo do Ver o Peso”, considerado o maior ponto da cidade de comercialização do açaí, um importante produto da alimentação paraense, está dentro de uma área patrimonializada, no entanto, não recebe os altos investimentos em projetos de intervenções urbanas do governo, em

contra partida, podemos destacar a implementação do “Feliz Lusitânia”, a revitalização do “Complexo Ver o Peso” e a criação do complexo turístico “Estação das Docas”, espaços na orla do CHB que receberam ações direcionadas a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a dinamização de novas atividades econômicas e de lazer, que contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e turísticas gerando novas formas de uso e apropriação destes espaços.

Corrêa (1989) define os proprietários dos meios de produção a partir dos grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais, que dependendo de suas atividades se transformam em grandes consumidores do espaço do espaço, necessitando de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas, em locais de ampla acessibilidade a população. No entanto, para o melhor entendimento a cerca da dinâmica do modo de atuação dos agentes que atuam nos meios de produção ligados ao mercado (comércio e serviços) e a produção do espaço urbano, que Santos (2004) propõe a existência de dois circuitos na economia urbana: o circuito superior e inferior da economia.

De acordo com o Santos (2008, p.97):

Pode-se afirmar que o fluxo do circuito superior está composto de negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. O circuito inferior está essencialmente constituído por formas de fabricação de “capital não intensivo”, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno.

Dentro do contexto dos agentes que atuam na orla do CHB, o circuito superior da economia pode ser caracterizado pelas empresas formais que estão inseridas de forma direta na dinâmica do capital financeiro, do turismo e do lazer, observando a presença de bares, restaurantes, lojas e empresas de entretenimentos que se apropriam dos prédios históricos, principalmente nas áreas patrimonializadas e seu entorno.

É importante também ressaltar a parceria entre o público-privado que ocorre em alguns empreendimentos, podemos destacar os bares e restaurantes da Estação das Docas e o restaurante Point do Açaí, que ocupa parte dos casarios na Boulevard Castilho França, assim como a ocupação de um dos casarios pela Instituição Arraial do Pavulagem, onde podemos observar o processo de refuncionalização e ou/revitalização destes prédios para a instalação de empreendimentos caracterizando os novos usos destes espaços.

O circuito inferior da economia urbana de acordo com Trindade Jr (2006) pode ser identificado como “todos aqueles que desempenham pequenas atividades, em geral não modernas e com pouco investimento de capital, incluindo as atividades não formais e tem como característica o desinteresse pela acumulação do capital, ou seja, o que é produzido é apenas o suficiente para sua sobrevivência e da sua família (SANTOS, 2008).

Partindo dessas definições é possível identificar alguns trabalhadores autônomos e informais que fazem parte do circuito inferior da economia nos espaços patrimonializados da orla do CHB, observamos a presença de diferentes trabalhadores autônomos, não formalizados, mas que estão presentes nesses espaços, como os reparadores de carro, vendedores de coco e lanches na Praça Frei Caetano Brandão (Feliz Lusitânia) e os ambulantes da Avenida Portugal.

No complexo do Ver-o-Peso o processo de produção e reprodução espacial revela elementos relacionados ao circuito inferior da economia, caracterizado principalmente pelo desinteresse em acumulação de capital, pelo trabalho intensivo (que utilizam intensivamente o trabalho ou mão-de-obra); preços que não são fixos, ou seja, estão sujeitos a negociações entre comprador e vendedor; os estoques são reduzidos, por não ter como armazenar os produtos perecíveis, os feirantes, em geral, o negocia a preços mais baixos e o sendo de maneira geral a única fonte de renda da família desses trabalhadores.

O desenvolvimento do turismo também pode ser compreendido como uma prática espacial que altera a dinâmica do uso e apropriação nos Centros Históricos através do processo de reforma urbana proposto para os espaços patrimonializados. Castro (2012) afirma que os espaços turísticos, são espaços produzidos pela presença de atividades turísticas e ao analisar a existência dessas atividades nos centros históricos das cidades podemos perceber que o turismo tem a característica de criação de novos objetos nos lugares, mas também se apropriam de objetos preexistentes, atribuindo-lhes, em vários casos, novos significados e novas funções.

Tendo em vista a implantação de um modelo de planejamento urbano voltado para tornar a cidade mais atrativa aos turistas, se tornaram cada vez mais frequentes os investimentos em atividades turísticas que atendam o consumo de bens, serviços e a presença de projetos urbanísticos pensados para atender primeiramente os turistas e posteriormente a população local. Luchiarri (1998) trás para o debate a expressão “Urbanização Turística” e a define como um fenômeno social, cultural e econômico da sociedade contemporânea, que considera o consumo mais importante que a produção, estimula a valorização estética da paisagem e induz a revalorização do solo urbano e especulação imobiliária.

Para compreender o modo como às pessoas que moram ou trabalham no Centro Histórico usam ou se apropriam destes espaços, recorreremos a entrevistas, onde foi observado a partir de entrevistas que entre os moradores a maioria não usufrui com frequência dos espaços Feliz Lusitânia e a Estação das Docas para a atividade do lazer, no Complexo do Ver-o-peso existe uma frequência maior na feira livre e no Mercado de Ferro que está relacionada ao consumo dos produtos.

Ao analisar o perfil dos moradores do entorno e das outras áreas da cidade o que podemos perceber é que ainda há pouca identificação com os patrimonializados do centro Histórico e o Ver-o-peso ainda é o espaço mais freqüentado. Outro fato observado é que todos os entrevistados não entendem os espaços patrimonializados como patrimônio histórico, arquitetônico e cultural da cidade, a apreensão destes espaços é apenas como pontos turísticos da cidade. A respeito dos usos foi identificado que os trabalhadores não utilizam os espaços patrimonializados como espaços de lazer ou consumo, espaços como Portal da Amazônia e Ver o Rio foram citados como áreas localizadas às margens do rio utilizadas por eles para o lazer.

Se a produção do espaço urbano se materializa através dos processos sociais e de diferentes agentes, os conflitos sócio-espaciais também estão inseridos na dinâmica da produção do espaço. No contexto da lógica do sistema capitalista, a produção do espaço mediada pelo Estado acaba promovendo o processo de segregação sócio espacial, limitando o acesso a serviços básicos para parcela considerável da população, em contrapartida a essa conjuntura surgem às articulações dos cidadãos que organizados se transformam em importantes agentes sociais, apresentando alternativas e pressionando o Estado, para que de fato as políticas de ordenamento e gestão do espaço urbano possam vir a ser efetivadas (CORRÊA, 1989).

Os movimentos sociais urbanos buscam eliminar, ou pelo menos, conseguir minimizar os impactos gerados pela apropriação e uso extremamente desigual do espaço urbano. No Brasil esse movimento ganha força no período de 1970 e 1980 a partir das lutas pelo processo de redemocratização do país. A organização dos movimentos sociais em Belém se intensificou através das associações de moradores, centros comunitários e outras formas de organizações populares, tornando-se um importante instrumento de articulação, debate e construção de ideias para a mobilização (passeata, reuniões, atos, assembleias, etc.) em prol da luta pelo direito à cidade.

Os espaços produzidos a partir dos processos de patrimonialização tendem a criar espaços cada vez mais mercantilizados gerando novos padrões de uso e apropriação, nesse sentido é necessário a destacar a atuação dos agentes que produzem esses espaços a partir da lógica capitalista, mas também considerando o espaço produzido a partir das relações de produção e (re) produção que vão construir os espaços urbanos, assim como os espaços patrimonializados.

Se de um lado teremos o uso e a apropriação voltados para apropriação quase que privada do espaço público, segregando e gerando processos de gentrificação² (complexo Estação das Docas e Complexo Feliz Lusitânia) de outro teremos um espaço mais democrático, onde as vivências, as relações pessoais, as tradições ainda fazem parte do cotidiano e geram acessos a todas as classes e demais agentes (Ver-o-peso). No entanto, todos os espaços são pensados, reformados, revitalizados ou requalificados buscam o embelezamento da cidade para atender as demandas turísticas e inserir Belém nos circuitos globais do turismo.

CONCLUSÃO

De modo geral, o artigo busca analisar como o processo de patrimonialização se insere na dinâmica atual da produção do espaço na orla do CHB, entendendo que o processo de patrimonialização não se limita apenas a institucionalização do patrimônio, como o tombamento, por exemplo, a própria prática e os objetos patrimoniais ganham novos valores e se tornam objetos de consumo como propõe Ribeiro (2017). As medidas de valorização, requalificação ou refuncionalização do patrimônio histórico evidenciam novas possibilidades de uso e apropriação dos espaços patrimonializados pelos agentes que o produzem.

Atualmente podemos observar as transformações urbanísticas voltadas para a busca do “embelezamento urbano” voltado para a construção de uma paisagem urbanística atrativa para os turistas e grandes investidores. Com o movimento de valorização do patrimônio histórico e cultural de Belém o CHB manifesta-se como espaços estratégicos para as intervenções urbanísticas, tendo em vista seu potencial sociocultural, turístico e econômico. A orla da cidade ganha destaque pelo discurso de “devolução” da mesma aos moradores da cidade, e mais específico a orla do CBH por se encontrar os principais projetos de intervenção urbanística dentro do processo de patrimonialização.

No entanto, para entendermos as transformações recentes na orla do CHB abordamos uma análise teórica da produção do espaço urbano, usando contribuições e Lefebvre (2013), Carlos

² Pode ser caracterizado pelas transformações nos centros urbanos que produzem lugares enobrecidos e provocam mudanças dos grupos sociais que habitam ou vivenciam aquele espaço (SMITH, 2007).

(2007) e Corrêa (1989). Tomando como base o espaço urbano como um produto social, não somente pautado na materialidade, que é diariamente produzido e ou reproduzido a partir de suas relações sociais cotidianas, através do fluxo de pessoas, mercadorias, e das relações menos visíveis como as envolvendo a circulação de investimento financeiro, práticas de poder e ideologia. Caracterizamos o processo de patrimonialização como uma prática social, que para além da sua materialidade promove alterações na reorganização ou produção do espaço na orla do CHB, haja vista que, as medidas de intervenções urbanísticas nos espaços patrimonializados tendem a desenvolver uma nova dinâmica espacial e propõe novos usos e apropriações do espaço por novos e antigos agentes.

Na pesquisa foram destacados os principais agentes da patrimonialização que contribuem no processo de produção do espaço social na orla do CHB, considerando que os aspectos espaciais possuem valores e relações de identidade, se faz necessário destacar os agentes (Estado, trabalhadores, moradores, turistas e movimentos sociais) que contribuem para o uso e apropriação do espaço material e simbólico.

Consideramos as estratégias de uso e apropriação voltadas para uma dinâmica que favorece as relações capitalistas, transformando os espaços patrimonializados em espaços de consumo que não levam em consideração as vivências cotidianas e práticas econômicas mais populares destes espaços. Segundo Carlos (2001, p.46) a “produção do espaço realiza-se no cotidiano das pessoas e aparece como forma de ocupação e/ou utilização de um determinado lugar em um momento específico” a necessidade da produção dos meios de vida, suscita em uma série de atividades voltadas para o consumo coletivo (distribuição, circulação e troca), dando origem a reorganização espacial dos lugares e novas formas de uso e ocupação desse espaço.

Para finalizar, é importante ressaltar que o processo de patrimonialização precisa ser analisado por dois olhares, se por um lado esse processo mercantiliza o patrimônio material e imaterial na cidade de Belém, fomentando relações de produções e reprodução capitalista, gerando formas de exclusão nos espaços gentrificados, por outro lado o processo também se apresenta como um mecanismo de proteção, tendo em vista que, partir do tombamento, a preservação do patrimônio histórico e cultural tem que ser executada, se transformando pelo menos em uma tentativa de manter viva a história da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. *Sobre a Memória das Cidades*. In: A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo, Contexto, 2011, p.19-39.

AMARAL, M. D.B. “A guerra das águas”: *Concepções e práticas de planejamento e Gestão Urbana na Orla Fluvial de Belém (PA)*. 2005. Dissertação. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém. NAEA/UFPA.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano*. Novos escritos sobre a cidade. 1ºed. São Paulo: Editora: Contexto, 2007.

CASTRO, C. A. T. *Os processos de patrimonialização e turistificação na produção do espaço do bairro Cidade Velha, Belém-PA*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belém. UFPA.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. 3º ed. São Paulo: UNESP/ Estação Liberdade, 2006.

COLVERO, A. A. *A requalificação do centro antigo da cidade de São Paulo: políticas urbanas, planejamento participativo e gestão, no período 2001-2004*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Campinas. UNICAMP.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, E. B. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade -mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

COSTA, E. B. Intervenções em centros urbanos no período da globalização. *Cidades* (Presidente Prudente), v. 9, p. 86-117, 2013.

CRUZ, R. de C. A. da. “Patrimonialização do patrimônio”: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 31, pp. 95-104, 2012.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Publicações Escorpião. 1973.

LEFEBVRE, H. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing, 2013. Introducción y traducción de Emilio Martínez.

- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução: Rubens Eduardo Frias – São Paulo: 2001.
- LUCHIARI, M. T. D. P.. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, L. C. *Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998. P. 15-29.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NUNES, D. A.; TRINDADE JR. (Sobre) vivências ribeirinhas na orla fluvial de Marabá - Pará: agentes, processos e espacialidades urbanas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, p. 209-238, 2012.
- RIBEIRO, R. W. Patrimônio, discurso e prática: incursões sobre democracia e cidadania a partir do Rio de Janeiro e o Patrimônio Mundial. In: Maria Tereza Duarte Paes. (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias*. 1ed. São Paulo: AnnaBlume, 2017, v. , p. 45-66.
- SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. *Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada: Belém-PA*. 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.
- TRINDADE JÚNIOR, S. C. da; AMARAL, M. D. B.. Reabilitação Urbana na Área Central. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 111, p. 73-103, 2006.
- XIMENES, J. Belém do Pará: cidade e água. *Cadernos MetrÓpole*, v. 33, p. 41-60, 2015.